

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 125**

30/03/07 a 05/04/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Cavaller Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), Flávio Augusto Lira Nascimento (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), Juliana Alves da Costa (graduanda em Relações internacionais – UNESP), Leonardo Ulian Dall Evedove (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), Lisandra Crosara (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES).

OCDE avaliará corrupção no Brasil

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) avaliará o processo brasileiro contra a corrupção e o cumprimento do acordo anti-corrupção da entidade por parte do governo federal. O acordo, do qual o Brasil faz parte desde 2002, criminaliza o suborno de funcionários públicos por empresas internacionais que atuem no país. Segundo a OCDE, será enviada uma missão de especialistas internacionais ao país, os quais observarão os ministérios, o sistema judiciário, entidades privadas e instrumentos nacionais para cooperação internacional. Os resultados da análise serão publicados no segundo semestre, possivelmente acompanhados de um exame da organização sobre o país (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/03/06).

FMI elogiou modificações do IBGE

No dia 29 de março, o Fundo Monetário Internacional (FMI) teceu elogios às modificações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua metodologia utilizada para o cálculo do PIB. O FMI afirmou que ainda está

avaliando as conseqüências para suas projeções econômicas sobre o Brasil implicadas pelos novos números lançados pelo IBGE (O Estado de S. Paulo – Economia – 31/03/06).

Lula rebate críticas à cooperação com os Estados Unidos

Em artigo publicado no jornal norte-americano *Washington Post* no dia 30 de março, o presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, rebateu as críticas do presidente venezuelano, Hugo Chávez, e do presidente cubano, Fidel Castro, segundo as quais a produção de álcool em larga escala aumentaria a fome no mundo. No artigo, intitulado “Nossa parceria em biocombustíveis”, Lula afirmou que a produção de cana não ameaça a produção de alimentos no mundo e disse que, no Brasil, menos de um quinto dos 340 milhões de hectares aráveis são utilizados para o plantio de cana. O presidente brasileiro também criticou o protecionismo norte-americano ao afirmar que o biodiesel e o etanol só se tornarão commodities comercializadas globalmente se o comércio dos biocombustíveis não for prejudicado por medidas protecionistas. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou não acreditar que o presidente cubano, Fidel Castro, tenha criticado o governo brasileiro em suas declarações acerca do etanol. Amorim disse que cada pessoa possui a liberdade de expressar sua opinião e que não haveria qualquer reação do governo brasileiro quanto ao assunto. De acordo com o chanceler, o Brasil poderá convidar Cuba para a consecução de projetos conjuntos de produção de álcool na África. Segundo ele, o êxito do etanol já está concretamente demonstrado. Amorim afirmou ainda que o Brasil é um entreposto aonde os outros países recorrem para conhecer combustíveis alternativos, uma vez reconhecido o futuro término das fontes de petróleo (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/03/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 31/03/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/2007; O Globo – País – 31/03/2007).

Lula e Rafael Correa firmarão acordo na área petrolífera

No dia 29 de março, a estatal PetroEquador confirmou a formalização de um memorando de intenção com a Petrobras, o qual será firmado entre o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente do Equador, Rafael Corrêa. O documento tratará da exploração da maior reserva petrolífera equatoriana, denominada bloco ITT, a qual se encontra em uma área amazônica. A assinatura será feita durante a visita de Correa ao Brasil, que ocorrerá no dia 04 de abril. Segundo o presidente da PetroEquador, Carlos Pareja, o acordo permitirá à Petrobras receber informações técnicas sobre o bloco ITT. Pareja ainda desautorizou as declarações do ministro da Energia equatoriano, Alberto Acosta, que havia afirmado que a empresa brasileira não poderia participar de tal investimento no país por ser de caráter acionário misto e a legislação nacional só

permitir contratos desta monta com estatais. Pareja afirmou que uma vez que o controle acionário da Petrobras é de posse do governo brasileiro, ela poderá participar do projeto (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/03/07).

Bolívia ameaçou descumprir acordos com a Petrobras

No dia 29 de março, o governo da Bolívia ameaçou descumprir um dos acordos com a Petrobras feitos durante a visita do presidente boliviano, Evo Morales, ao Brasil, em fevereiro. O ministério dos Hidrocarbonetos boliviano reiterou sua vontade de efetivar a resolução ministerial 255, a qual desloca parte da produção dos Campos de San Alberto e San Antonio, operados pela Petrobras, para o mercado nacional. O acordado entre os dois países é que a Petrobras obteria um prazo para adaptar-se à resolução 255. De acordo com o presidente da Petrobras Bolívia, José Fernando de Freitas, a atitude boliviana representaria um descumprimento do contrato anteriormente fixado entre as partes, assim como perdas econômicas para os projetos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por sua vez, declarou que não faria um julgamento sobre o presidente boliviano, Evo Morales, uma vez que seu trabalho era construir boas relações com a Bolívia. Entretanto, Amorim afirmou que algumas atitudes passadas do governo vizinho foram imaturas. O chanceler fez estas declarações em paralelo a um apelo pela aprovação da medida provisória que solucionaria as questões referentes aos brasileiros que vivem na fronteira da Bolívia (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/03/07; O Estado de S. Paulo – Mundo – 30/03/07).

Lula viajou para os EUA

No dia 31 de março, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, encontrou-se com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em Camp David, a casa de campo presidencial americana no Estado de Maryland. A agenda do encontro teve como itens a Rodada Doha, a cooperação para a produção de biocombustíveis e a promoção de ações pró-democracia em países da África. O objetivo de Bush era contar com a ajuda do Brasil para obter, de outros países em desenvolvimento, concessões nas áreas agrícola e industrial, a fim de que as negociações avancem e cheguem a um acordo global o quanto antes. Os dois presidentes também anunciaram conjuntamente um pacote de investimento financeiro para a pesquisa e desenvolvimento de indústrias de biocombustíveis em quatro países da América Central e Caribe, entre eles o Haiti. O montante destinado aos projetos virá do Brasil, dos Estados Unidos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante a viagem de Lula aos Estados Unidos, as equipes de ambos os governos trataram também de um possível tratado de tributação bilateral, das incompatibilidades técnicas entre as duas economias e de uma maior colaboração com a África. Segundo o diretor sênior para o Hemisfério Ocidental do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, Dan Fisk, os dois países assinaram

um acordo de cooperação para apoio ao corpo legislativo de Guiné-Bissau e deverão tratar de ações contra a malária no continente. Relativamente aos investimentos da Petrobrás no Irã, o presidente brasileiro afirmou que o Brasil não tem qualquer divergência com o Irã e que este país nem sequer está sendo ainda sancionado pela ONU e que, portanto, a empresa continuará suas atividades naquele país. Bush por sua vez, respondeu, que estava no âmbito da soberania de cada país decidir seus relacionamentos e complementou dizendo que o comércio não estava incluído nas sanções impostas ao Irã. Em relação às negociações comerciais, Lula voltou a criticar os subsídios e as barreiras tarifárias impostas pelos países ricos, especialmente pelos Estados Unidos ao etanol brasileiro. De acordo com o presidente brasileiro, sem a eliminação dos subsídios, as oportunidades de desenvolvimento representadas pelos biocombustíveis serão perdidas e por essa razão é necessário derrubar as barreiras ao etanol e transformá-lo em uma verdadeira commodity. Outro assunto discutido foi o meio ambiente. Lula dirigiu críticas aos Estados Unidos relativamente ao aquecimento global e disse que esperava que esse país apoiasse o projeto que dispensaria incentivos financeiros aos países que reduzissem a emissão de gás carbônico. Na véspera do encontro entre os dois presidentes, o ministro brasileiro da Justiça, Tarso Genro, criticou a Suprema Corte dos EUA por aceitar provas obtidas por meios ilegais e pelo descaso para com a tortura de prisioneiros norte-americanos (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/03/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 31/03/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/07; O Globo – País – 31/03/2007).

Amorim encontrou-se com Condoleezza Rice e Susan Schwab

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, encontrou-se com a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, no dia 30 de março. No encontro, Brasil e EUA assinaram um acordo de cooperação para o fortalecimento da democracia em Guiné-Bissau, no qual os EUA participarão com um depósito de US\$ 200 mil em um fundo e o Brasil participará com a transferência de tecnologia para as eleições e com projetos para fortalecer o Legislativo. Os dois países também firmaram um acordo de intercâmbio de pesquisadores. Após o encontro, Rice disse que o Brasil é visto pelos EUA como um parceiro estratégico, com poder de influenciar outros países no mundo. Amorim, por sua vez, defendeu os investimentos da Petrobras no Irã, dizendo que as sanções da ONU contra o país não dizem respeito à comercialização de petróleo e gás. A declaração de Amorim foi uma resposta às pressões do embaixador dos EUA em Brasília, Clifford Sobel. Entretanto, a embaixada dos EUA no Brasil reiterou a preocupação dos EUA com os investimentos da estatal brasileira no Irã, tornando pública uma nota que dizia que os investimentos da Petrobras em petróleo e gás no Irã vão contra os interesses internacionais de pressionar o país para que ele abandone seu programa de enriquecimento de urânio. A Petrobras mantém com o Irã, há três anos, um contrato de pesquisa de jazidas de gás e petróleo no Golfo Pérsico. O chanceler brasileiro também se encontrou com a representante dos Estados Unidos para o



Comércio, Susan Schwab. Um pouco antes do encontro oficial, Amorim disse que as conversas técnicas sobre a Rodada Doha já estavam no seu limite e que existia a esperança de que tudo estivesse bem encaminhado até a reunião do G8+5. Na segunda-feira, dia 02 de abril, Schwab publicou relatório que ataca as tarifas impostas aos produtos eletrônicos que são exportados para o Brasil e o Mercosul, os tornando mais caros. Isso contribuiria, segundo o documento, para o déficit comercial dos EUA com a região, além de incentivar o mercado de pirataria desses produtos (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/03/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/2007; O Globo – País – 31/03/2007).

EUA dizem que não têm plano para base no Atlântico Sul

Diante da apreensão brasileira e de outros países da região com o acordo de vigilância marítima firmado entre os EUA e o arquipélago de São Tomé e Príncipe, o Departamento de Estado americano esclareceu na semana passada que a instalação de equipamentos nas ilhas africanas visará apenas a melhorar a proteção e segurança marítima na área. Segundo o encarregado de imprensa da embaixada americana no Brasil, Richard Mei, os Estados Unidos não têm planos de instalar bases militares no Atlântico Sul e que os equipamentos fornecidos são de vigilância, de última geração a pedido do próprio governo de São Tomé e Príncipe. Segundo o encarregado, o governo desse país deverá decidir se compartilhará ou não as informações obtidas com os demais países da região. De acordo com Mei temas de defesa e segurança hemisférica não estavam na agenda de Bush e Lula e, portanto, este tema não foi discutido (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/07).

BIRD financiará obras do PAC

O Banco Mundial (BIRD) anunciou que financiará obras brasileiras como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, através da compra de máquinas e equipamentos e assistência técnica. As obras fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos de R\$ 500,9 bilhões em projetos de infra-estrutura. Segundo o diretor-executivo do BIRD, Otaviano Canuto, o Banco está discutindo a possibilidade de só financiar projetos pequenos e seguros e já prevê uma linha voltada para a Amazônia brasileira, como reflorestamento, preservação e incentivos a atividades produtivas em áreas devastadas (O Globo – Economia – 31/03/2007).

Brasil participou como observador da reunião de criação do Banco do Sul

O governo brasileiro não enviou representante da área econômica para a reunião de criação do Banco do Sul, ocorrida dia 30 de março em Caracas, Venezuela.



Dos seis países que faziam parte das discussões para a criação do Banco, apenas Brasil e Paraguai participaram como observadores da reunião do dia 30. O Brasil foi representado por um diplomata do Itamaraty. O ministro venezuelano das Finanças, Rodrigo Cabezas, disse que a participação do Brasil na reunião de criação do Banco era estratégica (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/03/2007).

Conclusão da Rodada Doha será tratada em reunião entre “países chave”

A Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá convidar em meados de maio o G8 (grupo formado por EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e Rússia) e mais cinco países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, para negociar o fechamento da Rodada Doha com resultados bem sucedidos. Há entre os membros da organização um grande impasse quanto ao chamado “capítulo agrícola”, principalmente no que concerne à abertura dos mercados dos países mais ricos, e essa reunião é uma das últimas tentativas de um pré-acordo antes da data prevista para a próxima reunião com os demais sócios da OMC, a ocorrer em julho. O governo brasileiro, além de se posicionar de maneira otimista em relação à conclusão do impasse, pretende também levar em pouco tempo a discussão sobre a liberalização do etanol ao âmbito deste organismo internacional (O Estado de S. Paulo – 02/03/07).

Representante dos EUA defende posição de liderança do presidente Lula

Segundo a representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possui uma liderança que é vital para a retomada da Rodada de Doha, que versa sobre a liberalização do comércio mundial. Segundo a representante, isso poderá fazer com que tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento revejam suas posições protecionistas, promovendo o comércio norte-sul e sul-sul. Apesar do otimismo, a representação comercial dos Estados Unidos divulgou um relatório, nesta segunda-feira, no qual acusa o Brasil e a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul de prejudicar sua exportação de bens de informática e telecomunicações, assim como produtos agrícolas e bebidas (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/04/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 04/04/2007).

Presidentes Lula e Correa se reúnem em Brasília para reforçar laços bilaterais

Reuniram-se em Brasília, nesta quarta-feira, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Rafael Correa, do Equador, para fortalecer os vínculos bilaterais via acordos de cooperação em infra-estrutura e energia. Ambos os presidentes

concordaram em aumentar os projetos desenvolvimentistas relacionados a biocombustíveis, com a participação das empresas petroleiras dos dois países, além da exploração conjunta da reserva Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT), a maior do Equador. Segundo o presidente Correa, o projeto só será levado adiante se houver absoluto respeito ao meio-ambiente. Além disto, foi discutida também a criação do Banco do Sul, entidade que financiaria projetos na região. Apesar da defesa deste projeto pelo Equador, o Brasil se mostrou apreensivo, pois não há consistência técnica nele, segundo o assessor da Presidência brasileira para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. No mesmo dia em que houve o encontro entre os dois presidentes, a Petrobrás e a Petroecuador (Empresa Estatal Petroleos del Ecuador) assinaram um memorando de entendimento para a participação da estatal brasileira no desenvolvimento e na produção nos campos de ITT e para que ambas desenvolvam estudos sobre a viabilidade técnica, econômica e legal de tais projetos. Segundo a Dow Jones, a Petrobrás e a Petroecuador também assinaram um memorando para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao biodiesel no Equador (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/04/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/04/2007; O Estado de São Paulo – Nacional – 04/04/2007; O Globo – Economia – 05/04/2007).

Organização Ibero-Americana planeja abrir escritório no Brasil

A Organização Ibero-Americana estuda abrir um escritório no Brasil, segundo Enrique Iglesias, titular da Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), após uma visita de trabalho de dois dias ao país. Segundo Iglesias, o governo brasileiro demonstra grande interesse para trabalhar junto à Segib, em especial na área do turismo. Além disso, foram discutidas as atividades da secretaria durante a próxima Cúpula Ibero-Americana, que ocorrerá em novembro, no Chile, ocasião que terá a agenda social como principal assunto (O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/04/2007).

Bolívia cobra tributos de 32% pela exploração mineral

Uma fonte da Petrobrás informou nesta quarta-feira à EFE que a estatal fez um depósito de US\$ 30 milhões, juntamente com a Repsol YPF e a Total, em sua qualidade de operadora das jazidas “San Alberto” e “San Antonio”. O tributo, de 32%, significa que as empresas pagam ao Estado boliviano 82% do valor total da produção. Este depósito foi feito pelo oitavo mês consecutivo; no mês passado, quando do pagamento da sétima cota, este foi feito sob protestos, já que os contratos assinados com o presidente Evo Morales não estabeleciam tal tributo. Segundo José Fernando de Freitas, diretor da Petrobrás na Bolívia, isto impede investimentos futuros no país. Carlos Villegas, titular do Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia, rejeitou de forma verbal as reclamações das companhias e pediu que a lei fosse cumprida, em alusão a um decreto emitido em



outubro, determinando que o tributo de 32% deve ser pago até a protocolização dos novos contratos (O Estado de S. Paulo – Economia – 04/04/2007).

Brasil deve ser tratado como país desenvolvido em agricultura, diz EUA

A delegação dos Estados Unidos, presente às negociações que manteve com o Brasil, a Índia e a União Européia em Paris, afirmou que o Brasil deve ser tratado como um país desenvolvido em termos agrícolas. Para ela, não há como comparar a agricultura brasileira com as suas contrapartes africanas e mesmo latino-americanas, argumento que Clodoaldo Hugueneu, embaixador do Brasil na OMC, atacou. As negociações emperraram pelo fato de os Estados Unidos afirmarem que não têm como se comprometer com prazo algum para finalizar a rodada Doha, a qual, para o Brasil, deve ser terminada até o fim deste ano (O Estado de S. Paulo – Economia – 04/04/2007).

Lula se mostra favorável à criação de Zonas de Processamento de Exportação

O presidente Lula afirmou ser a favor da criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nas regiões menos desenvolvidas do país, contanto que sua produção seja totalmente vendida no exterior. Um projeto de lei está prestes a ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Há polêmica, porém, devido à eventual isonomia que existiria entre a produção nacional e a das ZPEs. Segundo o senador Aloízio Mercadante, a Receita Federal mostra que haverá um desequilíbrio de grande magnitude na tributação, o que é rebatido por membros da oposição. Outro argumento do fisco é que tais zonas, por terem um sistema de tributação diferenciado, não pagando tributo algum contanto que sua produção seja exportada, podem criar problemas para o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e com membros do Mercosul. A Receita ainda afirma que será mais difícil acompanhar os processos aduaneiros e estabelecer quais produtos serão ou não destinados à exportação (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/04/2007).